

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Enfoques e Agendas

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
ENFOQUES E AGENDAS**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: enfoques e agendas /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
214 p. : 916 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira;
v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-79-0
DOI 10.22533/at.ed.790182703

1. Direitos humanos na educação. 2. Educação e Estado –
Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos
aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

EIXO 1: DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO SABER FILOSÓFICO

Tércio Ramon Almeida Silva e Patrícia Cristina Aragão 6

CAPÍTULO II

DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E ORGANIZACIONAL – UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTAL NA PARAÍBA

Raquel Martins Fernandes Mota, Jonas Cordeiro de Araújo, Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto, Hiago Felipe Lopes e Amanda Silva de Lima 15

CAPÍTULO III

EMPREENDENDO A EXCELÊNCIA DOS VALORES HUMANOS NAS ESCOLAS DE IGARASSU: NÃO AO BULLYING, AUTOMUTILAÇÃO E QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Arlene Benício de Melo Alves 36

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ronaldo Silva Júnior e Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes 45

EIXO 2: GESTÃO

CAPÍTULO V

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Miriam Raquel Piazzini Machado e Alesandra Maia Lima Alves 55

CAPÍTULO VI

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Virilândia de Moura Luz, Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira, Zélia Maria de Lima Pinheiro, Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá, Rosiléa Agostinha de Araújo e José Cleóstenes de Oliveira 65

CAPÍTULO VII

NOÇÃO DE MARKETING EDUCACIONAL: A PARTIR DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL FENELON CÂMARA

Ilda Andrade de Lima 78

CAPÍTULO VIII

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA POLÍTICA DE APROXIMAÇÃO PARENTAL SOB A
ÉGIDE DA GESTÃO ESCOLAR?

Josilene Queiroz de Lima 88

EIXO 3: SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO IX

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Angely Dias da Cunha e Jéfitha Kaliny dos Santos..... 101

EIXO 4: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

CAPÍTULO X

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marineide da Mota Mercês e Maria do Carmo Barbosa Melo..... 118

CAPÍTULO XI

A INFLUÊNCIA DA SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS
DE APRENDIZAGEM

Ana Lucia Andruchak 133

CAPÍTULO XII

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto 141

CAPÍTULO XIII

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO PARA A ENFERMAGEM:
REFLEXÕES TEÓRICAS

Bruno Neves da Silva e Manoel Dionizio Neto 153

CAPÍTULO XIV

CINE DIÁLOGOS: CONTRIBUIÇÕES À ORGANIZAÇÃO DO CINEMA E AO USO DE FILMES
EM SALA DE AULA

Dannyel Brunno Herculano Rezende..... 163

CAPÍTULO XV

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO NO SUCESSO ESCOLAR, SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA DO IMPROVÁVEL

Germana Lima de Almeida, Danielle dos Santos Costa e Constantin Xypas 175

CAPÍTULO XVI

O DESAFIO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

*Ana Paula Ferreira Agapito, Adriano Amaro da Silva, Claudivania de Almeida
Laurentino, Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho e Lielia Barbosa Oliveira*... 188

CAPÍTULO XVII

SUCESSO ESCOLAR IMPROVÁVEL: ASPECTOS DISTINTIVOS DE UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO NO BRASIL

Danielle dos Santos Costa, Germana Lima de Almeida, Iuska Kaliany Freire de Oliveira e Constantin Xypas..... 196

CAPÍTULO V

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

**Miriam Raquel Piazzini Machado
Alesandra Maia Lima Alves**

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Miriam Raquel Piazzini Machado

Colégio de Aplicação João XXIII/ UFJF

Juiz de Fora – Minas Gerais

Alessandra Maia Lima Alves

Colégio de Aplicação João XXIII/ UFJF

Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: Nesse relato de experiência apresentamos a prática escolar na coordenação de ensino do primeiro segmento do ensino fundamental no Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No recorte aqui apresentado, pretendemos destacar iniciativas de gestão democrática desenvolvidas por nós, professoras coordenadoras, na nossa atuação cotidiana. Consideramos que esse modelo de gestão representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no dia a dia escola. Enfatizaremos nesse trabalho, ainda, o Programa de Treinamento Profissional da UFJF e Monitoria Júnior. Esses programas são regulamentados pela UFJF e têm como objetivo principal possibilitar o aperfeiçoamento profissional dos alunos de ensino médio profissionalizante e de discentes da graduação, em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. No exercício da coordenação temos a oportunidade de estabelecer laços mais estreitos entre as famílias, técnicos administrativos, professores e os estudantes, considerados como atores participativos no processo educacional. Há uma constante resolução de conflitos e, conseqüentemente, um outro olhar sobre a realidade escolar, num processo em que a escola e suas questões são vistas sob um ponto de vista mais amplo. A mediação que se busca nos amplos espaços escolares contribui para a resolução de muitos conflitos que impedem que a aprendizagem aconteça. Concluímos que pensar a gestão de forma democrática não é uma utopia, mas uma necessidade. Na escola se relacionam diferentes atores e encontrar o consenso é uma necessidade para a construção de uma instituição pública democrática, que atenda aos interesses da comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação de Ensino; Gestão democrática; Treinamento Profissional.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a finalidade de apresentar a prática escolar na coordenação de ensino, destacando iniciativas de gestão democrática desenvolvidas por nós, professoras coordenadoras, na nossa atuação cotidiana na escola e o Programa de Treinamento Profissional da UFJF. Nossa atuação se dá no primeiro segmento do ensino fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII (CAp João XXIII), que é uma Unidade Acadêmica de Ensino Básico, integrada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais e que está

completando cinquenta e dois anos em 2017. Ensino, Pesquisa e Extensão são três frentes de atuação do Colégio, que foi criado para ser campo de experimentação, demonstração e aplicação de pesquisas, como também campo de estágio para os cursos de licenciatura da UFJF. Desta forma, o Colégio vem contribuindo para formação de jovens e de professores, sendo referência na cidade.

Atualmente, o CAp João XXIII funciona em três turnos, atendendo crianças a partir dos seis anos de idade. Conta com cerca de mil trezentos e cinquenta alunos matriculados em vinte e oito turmas entre Ensino Fundamental, nove turmas de Ensino Médio, oito turmas do Curso da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e duas turmas dos cursos de Especialização (lacto sensu). No Colégio são desenvolvidos vários projetos, que visam ampliar as possibilidades pedagógicas de formação de seus alunos. Esses projetos são desenvolvidos também na coordenação de ensino e contribuído para a prática que nela se estabelece.

A seguir discutiremos brevemente sobre “Gestão Democrática no Brasil”, considerando que esse modelo de gestão embasa nosso trabalho pedagógico na Coordenação de Ensino no Cap. João XXIII.

COTIDIANO ESCOLAR: VIVENCIANDO PRINCÍPIOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

No cenário educacional brasileiro atual, a questão da gestão democrática tem sido alvo de intensivos debates, principalmente, na educação básica da escola pública. A escola, segundo Souza (2008), vista como uma organização social, cultural e humana requer que cada sujeito envolvido tenha o seu papel definido num processo de participação efetiva para o desenvolvimento das propostas presentes no ambiente escolar. Neste contexto, os gestores tem um papel fundamental na organização de uma política que promova o atendimento às necessidades e anseios da comunidade escolar.

Nossos fundamentos sobre gestão democrática são respaldados por autores que se dedicaram aos estudos do tema como: Gadotti (2001), Veiga (1997), Libâneo (2004) e Paro (2006). Para estes estudiosos, a realização de um trabalho participativo, autônomo e democrático, envolvendo todos os segmentos sociais que compõe a escola, contribui para o rompimento do autoritarismo que ainda permanece em diversas instituições escolares no Brasil.

Os mesmo autores fazem, ainda, uma reflexão quanto ao papel do gestor na busca de uma escola pública de qualidade. Desenvolver uma filosofia de gestão democrática implica romper com paradigmas tradicionais, o que pode ser difícil em algumas realidades. Para Souza (2008, p.02) a “gestão democrática faz parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade”.

Nesse sentido, a gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e

necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Para tanto, o trabalho em grupo, as decisões tomadas em congregações, reuniões pedagógicas, a definição de objetivos, a construção de projetos, certamente tornarão a escola mais unificada e menos sensível às propostas advindas de outras realidades.

Nessa mesma direção, Veiga (2011) disserta que a gestão democrática implica em repensar a estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. Esse exercício propicia a prática da participação coletiva, atenuando, assim, o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram práticas educacionais das quais a escola não opina, apenas executa.

Legalmente, a gestão democrática está amparada pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso VI, que a define da seguinte forma: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, como um de seus princípios. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (n.9.394\1996) , os artigos 14 e 15 salientam:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

A gestão democrática passou a ser considerada como possibilidade de melhoria do processo educacional. No entanto, para Gadotti (2001), somente leis que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas não são suficientes para mudar a gestão na educação. Os gestores, professores, alunos, e demais atores do processo educacional precisam compreender significado político de autonomia.

Para o mesmo autor (ibid), o exercício desta autonomia não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva. Nesta perspectiva, efetivar uma gestão democrática implica na participação de todos os segmentos da comunidade escolar levando à construção de espaços dinâmicos, marcados pela diversidade e pelos distintos modos de compreender a escola. Outra autora que dialoga nessa perspectiva e nos auxilia na compreensão da gestão democrática é Ramos (2013), que considera que:

pensar o trabalho coletivamente significa construir mediações capazes de garantir que os obstáculos não se constituam em imobilismo, que as diferenças não sejam impeditivas da ação educativa coerente,

responsável e transformadora. Esse contexto relacional implica em buscar o objetivo comum que é o desenvolvimento integral do aluno e do sucesso da escola através da implantação de um Projeto Político Pedagógico que traduza os interesses e anseios coletivos. (RAMOS, 2013 p. 17)

É com este olhar e premissas que desenvolvemos nosso trabalho na Coordenação de Ensino no Colégio de Aplicação João XXIII\UFJF, reconhecemos que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e conscientização, mas que por si só, não leva uma comunidade a se libertar dos mecanismos opressores que norteiam a sociedade em gestação. Para tanto, é necessário assumir uma postura de compromisso com a comunidade escolar participativa, os atores são ativos nos processos pedagógicos, administrativos e democráticos. E como afirmou PARO (2006, p.25), “Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las”.

O trabalho aqui apresentado, caminha nessa premissa de que nossa atuação é cercada por desafios para que de fato haja gestão democrática. Porém, esses desafios são necessários para podermos renovar as práticas educativas desenvolvidas no Colégio. E não podemos deixar de destacar que uma renovação é complexa por três questões: primeira, porque perpassa todos os aspectos da prática pedagógica; segundo, porque exige abertura dos envolvidos no processo com vontade política de mudar; e terceiro, porque os meios para concretizar as aspirações devem estar em consonância com o contexto histórico.

Mesmo com tantos desafios, devemos nos respaldar no pressuposto de que toda e qualquer mudança requer uma compreensão crítica e reflexiva, principalmente nas discussões e debates pedagógicos e que a luta por uma escola cada vez mais democrática, com a participação de toda a comunidade escolar é o compromisso que deve ser assumido por todos os profissionais da educação.

Para uma maior compreensão de como o trabalho da coordenação se desenvolve, torna-se importante apresentar a estrutura administrativa da escola. Sendo uma Unidade Acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora, o colégio tem a estrutura dos departamentos. São cinco departamentos nos quais os professores estão distribuídos por áreas: Departamento de Letras e Artes, Departamento de Matemática, Departamento de Ciências Naturais, Departamento de Ciências Humanas e Departamento de Educação Física. Cada departamento tem uma Chefia e Subchefia, e são responsáveis pela organização dos programas das disciplinas, bem como o acompanhamento administrativo dos seus membros.

As coordenações são organizadas por segmentos, conforme apresentado anteriormente. São responsáveis pela organização dos horários de aulas, pelo acompanhamento das aulas e dos estudantes, fazem a interlocução escola/família e representam no Conselho de Unidade (órgão consultivo e deliberativo sobre questões administrativas, disciplinares e pedagógicas do Colégio), o seu segmento.

Para todos os cargos de chefia e coordenação são realizadas eleições entre os pares, com mandato de dois anos. No nosso caso, fomos eleitas pela primeira vez no ano de 2014 e, participamos de novo processo eleitoral, tendo sido reeleitas em 2016.

Organizamos as reuniões de conselhos de classe para um acompanhamento trimestral das turmas, reuniões coletivas para os Projetos Coletivos de Trabalho (PCT), desenvolvidos em cada ano escolar, fazemos reuniões pedagógicas para avaliarmos as práticas e apontarmos mudanças e adequações nos processos educacionais, promovemos atividades extracurriculares para os estudantes, em consonância com os PCT de cada ano escolar.

É importante destacar que todos os processos, modificações, adequações curriculares são apresentados aos departamentos, ao Conselho de Unidade e, posteriormente, votados no órgão máximo de deliberação da escola que é a Congregação, onde se reúnem os professores, os técnicos administrativos em Educação, representantes do Grêmio Estudantil, representantes dos pais (Associação de Pais) e a direção do Colégio.

As ações que se desenrolam em cada assembleia ou reunião nem sempre são fáceis, porque o consenso nem sempre é percebido. Em muitos casos, a votação de uma pauta se faz necessária e acatar o que a maioria decide é um grande exercício de democracia.

As reuniões de atendimento aos pais individualmente são, em muitos casos, indispensáveis. O acompanhamento das famílias se faz muito necessário em nossa escola, porque acreditamos que juntos podemos encontrar meios de superar os desafios e conseguir avanços importantíssimos para a melhoria do processo educativo.

São realizadas reuniões de pais conjuntas, com o objetivo maior de orientar e apresentar aos pais o trabalho que vem sendo desenvolvido em sala de aula. Nessas reuniões, podemos ouvir os pais, ficamos mais próximos de seus anseios.

Todo o trabalho que vimos desenvolvendo necessita de um envolvimento de vários atores. E temos na escola um grande aliado, que é o Núcleo de Apoio Escolar, o NAE, recém-criado no colégio e composto por Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos. Para cada frente é acionado um ou mais membros do NAE, num trabalho coletivo que tem sido fonte de aprendizado e de crescimento.

A seguir relataremos brevemente sobre o Programa de Treinamento Profissional e de Monitoria Júnior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esses possibilitam ao aluno de graduação e do ensino médio participação na gestão escolar.

UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA, UM AUXÍLIO NA FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO

Para realização de diversas práticas educativas na coordenação contamos com bolsistas do Programa de Treinamento Profissional (TP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esse programa é regulamentado pela Resolução n.º 58/2008 da UFJF e tem como objetivo principal possibilitar o aperfeiçoamento profissional dos alunos de ensino médio profissionalizante e de graduação da UFJF, em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. De acordo com a resolução,

este aperfeiçoamento se dá com a participação do aluno em projetos acadêmicos de ensino, no âmbito da UFJF, em regime de 12 horas semanais de atividades. A orientação deste treinamento profissional é feita por um professor ou profissional da área. (UFJF, Resolução nº 58/2008).

No caso específico do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAp XXIII/UFJF), o Programa de Treinamento Profissional proporciona aos licenciandos de diversas áreas a participação ativa na vida escolar da Educação Básica, conhecendo e atuando no dia a dia escolar, propiciando-lhes maiores experiências profissionais em seu campo de atuação. Além desse programa que atende os alunos da graduação, a Monitoria Júnior, proporciona um campo de observação e atuação dos alunos do Ensino Médio do colégio como monitores dos alunos do 1º segmento do Ensino Fundamental.

O envolvimento dos professores formadores do CAp XXIII/UFJF e licenciandos em projetos propostos e desenvolvidos colaborativamente indica que a formação dos professores não se dá de forma estanque, somente na escola ou exclusivamente nas universidades, mas nos dois contextos: tanto a formação teórica é importante, como aprender na prática é essencial; além disso, teoria e prática se enriquecem mutuamente e, no caso da docência, uma não subsiste sem a outra. Defendemos, nesse trabalho, que o Programa de Treinamento caminhe nessa perspectiva e possa trazer impactos que repercutirão diretamente no saber-fazer pedagógico dos futuros profissionais da educação, configurando-se, dessa forma, uma influência em sua formação inicial docente.

Ao possibilitarmos a interlocução entre os alunos do Ensino Médio, através dos Projetos de Bolsas de Monitoria Júnior, e os graduandos, das bolsas de Treinamento Profissional, para que participem de atividades junto aos estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental, estamos propiciando uma participação efetiva nas relações de ensino aprendizagem, o que, anteriormente ao surgimento dos projetos de treinamento profissional, só era possível através dos estágios dos cursos de graduação.

Além de apostar na sua vocação ao ensino na educação básica, o colégio reforça sua identidade de campo de formação inicial. Os estudantes de graduação que participam de inúmeros projetos do CAp João XXIII tem assegurado esse investimento. Soma-se a isso, a grande contribuição que possibilitam com o seu trabalho nesse projeto junto aos estudantes, que têm a oportunidade de acesso a um trabalho individualizado, através da mediação que recebem não só dos professores e coordenadoras regentes de cada disciplina, de seus pares, como também dos bolsistas.

O Projeto de Treinamento Profissional “Coordenação do João XXIII (Primeiro Segmento do Ensino Fundamental)”, tem como objetivos principais: i) propiciar a formação inicial através da prática pedagógica no cotidiano escolar. ii) orientar e/ou acompanhar os alunos em atividades pedagógicas dentro e fora do ambiente escolar; iii) auxiliar os professores no atendimento a alunos com necessidades

educacionais especiais; iv) auxiliar a coordenação na comunicação com os professores, alunos, assim como entre escola e família.

Os objetivos acima descritos se concretizam em atividades tais como: a) acompanhamento dos alunos em atividades extras oportunizadas pelo colégio de aplicação;

b) participação efetiva junto à coordenação para auxiliar na comunicação necessária para o bom andamento das atividades escolares. c) presença junto aos alunos para auxiliar em suas demandas escolares, assim como em atividades extras a serem proporcionadas pela escola. d) assistir aos alunos e alunas nos diferentes horários escolares: entrada, recreio, saída, etc.; e) zelar pela disciplina dos alunos e alunas, nas dependências do Colégio e pela preservação da escola como Patrimônio Público. f) participação junto aos professores para auxiliá-los no atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais.

Aliado a esse projeto com a participação de graduandos das licenciaturas ou da pedagogia, temos a Monitoria Jr, com o Projeto “Matemática: aliando o lúdico ao trabalho pedagógico”, que atende a estudantes do próprio CAP. Os principais objetivos desse projeto são: i) organizar jogos matemáticos e ou brincadeiras para serem desenvolvidas durante o tempo do recreio do turno da tarde; ii) integrar alunos dos diversos segmentos de ensino do colégio; iii) troca de experiências e/ou conhecimentos sobre os jogos matemáticos; iv) aliar o lúdico ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Os monitores são orientados a conduzir oficinas de jogos para os alunos menores, tais como xadrez, ludo, uno, dama, Kalar, colisões, cubo mágico dentre outros, durante o recreio, visando oportunizar o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, através da brincadeira ou jogo. Além disso, a participação do monitor propicia uma maior integração entre os alunos, assim como, uma aprendizagem recíproca para os estudantes envolvidos.

A participação desses bolsistas na coordenação propicia um olhar diferenciado sobre a realidade escolar. Os bolsistas, estudantes da graduação e do ensino médio do colégio, trazem um olhar diferenciado, seja por conta da teoria que estudam, seja por conta de suas próprias experiências, o que proporciona uma participação efetiva na tomada de decisão, na resolução das situações cotidianas e um modo distinto de perceber o fazer pedagógico que acontece no interior do espaço escolar.

CONCLUSÃO

As ações que se estabelecem no cotidiano da coordenação de ensino são importantíssimas para respaldar o trabalho do professor em sala de aula. É na coordenação que os professores buscam apoio para a sua prática, alternativas para as questões que se desenrolam na sala de aula, com cada aluno.

As famílias também encontram na coordenação o acolhimento para as suas demandas e anseios e, muitas vezes, é no diálogo que encontramos formas mais

adequadas de contribuir e mediar para que as crianças desenvolvam-se integralmente.

Trabalhando juntamente com os especialistas, a coordenação busca a solução de conflitos e a superação de grande parte dos problemas que impedem o avanço dos estudantes. Em alguns momentos, há frustração das expectativas, porque nem sempre as relações se desenrolam conforme a teoria nos aponta, pois há nuances que podem impedir a superação. Mesmo nesses momentos, o fato de percebermos que há um caminho coletivo contribui para que as questões positivas sejam realçadas. Não temos varinha mágica, nem tudo está ao nosso alcance, há questões que precisam de encaminhamentos externos à escola. Detectar esses pontos é fundamental, principalmente quando se lida com crianças tão pequenas, na faixa entre seis e onze anos.

Tanto a direção de ensino, quanto a direção geral dão respaldo para que as ações se desenvolvam. Quando há necessidade, em relação ao trabalho com os professores e com os estudantes e seus familiares, há um posicionamento direto, o que dá um suporte e segurança ao trabalho que precisa ser realizado.

Pensar a gestão de forma democrática não é uma utopia, mas uma necessidade. No chão da escola se relacionam diferentes atores, com diferentes propostas. Encontrar o denominador comum, chegar a consensos e decidir o melhor caminho a seguir não é algo fácil, mas supõe capacidade de escuta atenta, discernimento e, acima de tudo, confiança no trabalho coletivo, no saber construído coletivamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v.135, n. 24,20 dez. 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001. _____, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1993.

LIBANEO, Jose Carlos. **Organização e gestão escolar. Teoria e prática**. 5 edição. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MORRETO, Vasco Pedro. **Prova** – um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

VIANNA, I. O. A. **Planejamento Participativo na Escola**. São Paulo: EPU, 1986.

RAMOS, Arinalda Oliveira. **A Gestão Democrática e o Trabalho do Coordenador Pedagógico em uma Escola Pública do Distrito Federal**. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8888/1/2013_ArinaldaOliveiraRamos.pdf>. 2013.

SOUZA, Débora Quetti Marques de. **Gestão Democrática da Escola Pública: desafios e perspectiva – UFPE**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328_174.pdf> Acesso 09 set 2017.

UFJF, **Resolução nº 58/2008**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/prograd/coordenacoes/cgrad-coordenacao-de-graduacao/treinamentoprofissional/>> Acesso em 07 out 2014.

Sobre os autores

Adriano Amaro da Silva Graduando em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: adrianoamaro100@gmail.com

Alessandra Maia Lima Alves Professora do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Membro do corpo docente do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF; Coordenadora do Grupo de Estudo Sistema de Ensino-Gese/UFJF; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Viçosa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: alesandramaia@bol.com.br

Amanda Silva de Lima Advogada OAB/PB; Graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista voluntária no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: mandalimasl@gmail.com;

Ana Lúcia Andruchak, Professora Assistente na UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Pesquisadora na Área da Formação de Professores, Currículo, Ciclos de Formação Humana, Políticas Educacionais e Financiamento da Educação. Tem experiência na área da Educação Básica e na Formação docente, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Didática, Currículo, Estágio Curricular Supervisionado, Metodologia Científica, História da Educação, Educação Infantil, Unidocência e disciplinas específicas para a Formação Docente.

Ana Paula Ferreira Agapito Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail para contato: anaagapito@fiponline.edu.br ou anaagapito@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Arlene Benício de Melo Alves Professora da Educação Básica pela Prefeitura do Recife – PE; Coordenadora Municipal do Ensino Fundamental – Anos finais em

Igarassu – PE; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE; Pós-graduada em Psicopedagogia pela mesma instituição; Também apresenta especialização em Educação Especial Inclusiva; Já atuou como Orientadora de Estudo do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). E-mail: arlenebenicio@gmail.com

Bruno Neves da Silva Graduação em Bacharelado em Enfermagem pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras-PB. E-mail para contato: ufcgbruno@gmail.com.

Claudivania de Almeida Laurentino Graduanda em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: claudivania.almeida@hotmail.com

Constantin Xypas Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas-PPGCISH/UERN; Licenciatura em Humanidades (Letras clássicas, História e Filosofia) da Universidade de Atenas, Grécia (1972); Graduação (1974), Mestrado (DEA) (1976) e Doutorado (1978) em Ciências da Educação na Universidade de Caen, França; Habilitation à Diriger des Recherches (Pós-Doutorado) em Ciências da Educação da Universidade de Paris 8, França (1999); membro da Rede Interdisciplinar e Interinstitucional Êxito Escolar, Empoderamento e Ascensão Social (RIEAS).

Danielle dos Santos Costa Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus* Santa Maria da Boa Vista; Graduação em Letras – Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dannyel Brunno Herculano Rezende Professor de Sociologia do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) e Professor-Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / PIBID (Capes/UFRN). Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN. Doutorando em Ciências Sociais pela mesma universidade (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PPGCS). Membro do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos / UFRN. Áreas de interesse de pesquisa: Educação, Religião e Política (interfaces: Mídia e Política e Religião e Política). [E-mail: drezende@bol.com.br](mailto:drezende@bol.com.br)

Erivana D'Arc Daniel da Silva Ferreira Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro do corpo técnico-administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), *campus* Cariri; Especialização em Prática Docente no Ensino Superior pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do

Cariri (UFCA); – Grupo de pesquisa: Tecnologia Ambiental e Desenvolvimento Social; Ciências Aplicadas e Tecnologia (IFCE/*campus* Juazeiro do Norte); E-mail para contato: erivanadarc@gmail.com.

Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: fernandarmh@hotmail.com

Germana Lima de Almeida Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Bolsista da Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Hiago Felipe Lopes Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, *campus* João Pessoa; E-mail para contato: hiagolog@gmail.com

Ilca Andrade de Lima Especialização em Educação Infantil pela Universidade Federal da Paraíba; Graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba; E-mail: ilca.adelima@hotmail.com

Iuska Kaliany Freire de Oliveira Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialização em Assessoria de Imprensa pela Universidade Potiguar (UnP); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECÓN) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – E-mail: jeh_fitha@hotmail.com

Jonas Cordeiro de Araújo Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, *campus* João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: jonas.adm2014@gmail.com

José Cleóstenes de Oliveira Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Docente do Ensino Superior das Faculdades Integradas de Patos-PB; Graduado em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Pós-Graduado *Lato Sensu* em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado

de Oliveira (UIVERSO), Niterói-RJ; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; E-mail para contato: j.cleostenes@outlook.com

Josilene Queiroz de Lima Supervisora Educacional na rede municipal de Catolé do Rocha – PB. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro do Grupo de Pesquisa Ateliê Sociológico Educação & Cultura. E-mail para contato: supervisorajosi@gmail.com

Liélia Barbosa Oliveira Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); E-mail para contato: lieliaoliveira@fiponline.edu.br ou lieliapb@hotmail.com

Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes É natural de São Luís – MA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Psicopedagogia e graduanda de Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA).

Manoel Dionizio Neto Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia e Educação (GEPEFE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaço e Tempo (GET); e-mail para contato: dionizioneto@uol.com.br.

Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Questões de Gênero e Educação para Cidadania pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Educação pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail para contato: claudiafjuca1@hotmail.com

Maria do Carmo Barbosa de Melo Doutora em Educação, área de conhecimento de Metodologia do Ensino da História e das Ciências Sociais, pela Universidade do Minho (2007). Professora Adjunta M03 – II C, da Universidade de Pernambuco, no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação. Scrito-Sensu, Coordenadora Geral do PARFOR – UPE. Presidente regional do FORPARFOR Nordeste, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Cultura Afro-brasileira nas práticas pedagógicas; Concepções e práticas do Ensino de História e Consciências História/Consciência Social e História Ambiental.

Maria Viriândia de Moura Luz Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte;- Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e graduação em Bacharelado em Comunicação Social, ambas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *campus* de Picos; Especialização em Gestão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); E-mail para contato: virlandialuz@gmail.com

Marineide da Mota Mercês Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Especialista em Psicologia Jurídica e Graduada do Curso Formação de Professores em Psicologia pela Faculdade FRASSINETTI do Recife – FAFIRE. Colaboradora da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco 2ª Região – CRP 02. Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Limoeiro – PE.

Miriam Raquel Piazzini Machado Professora Titular do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente da Especialização em Educação no Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pelas FCT/Unesp – Campus Presidente Prudente; Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; E-mail para contato: miriam.machado@ufjf.edu.br

Otacílio Gomes da Silva Neto Professor da Universidade Estadual da Paraíba; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2003); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal (2005); Doutorado pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Pernambuco (2017); Membro da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII; E-mail: otacilio.uepb@hotmail.com

Patrícia Cristina de Aragão Doutora em educação; Mestre em economia; Graduação em história; Graduação em psicologia; Professora do programa de pós-graduação em formação de professor; Professora do programa de pós-graduação em serviço social; Coordenadora do grupo de pesquisa história, cultura e ensino.

Raquel Martins Fernandes Mota Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa (cooperação técnica) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (instituição de origem); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Ensino da Universidade de Cuiabá e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Pós Doutorado em andamento em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Humanidades e

Sociedade Contemporânea do IFMT; E-mail para contato: raqueldejesus14@gmail.com

Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: rrsrgt24@gmail.com

Ronaldo Silva Júnior É natural de São Luís – MA. Graduado em Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Direito Penal e Direito do Consumidor pela Universidade Estácio de Sá. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Pinheiro.

Rosiléa Agostinha de Araújo Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP); Grupo de Pesquisa: Vivências de Inclusão na Educação; E-mail para contato: leia.uece@hotmail.com

Tercio Ramon Almeida Silva licenciatura plena em filosofia pela uepb; especialista em fundamentos da educação pela uepb; especialista em educação em direitos humanos pela UFPB; Mestre em formação de professores pela UEPB; Professor da rede pública estadual da Paraíba lotado na escola jornalista José Leal Ramos em São João do Cariri-PB; Supervisor do PIBID diversidade da UFCG CDSA campus Sumé-PB

Zélia Maria de Lima Pinheiro Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras - FECLI/Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Mestrado em Teologia, linha de pesquisa Educação Comunitária para Infância e Juventude, pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS; E-mail para contato: zeliamlp@gmail.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-79-0



9 788593 243790